

PARECER CONTROLE INTERNO

Processo: 11759 / 2024
Procedência: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego.
Empresa: ANTÔNIO ALVES DA SILVA.
Assunto: Locação de imóvel localizado na Avenida 06, Quadra 33, Bairro Bacaba, para instalação e funcionamento da Casa Abrigo, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego.

I - FATOS:

Tratam os autos de processo licitatório, na modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 028/2024, que tem por objeto a locação de imóvel localizado na Avenida 06, Quadra 33, Bairro Bacaba, para instalação e funcionamento da Casa Abrigo, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego.

II - RELATÓRIO:

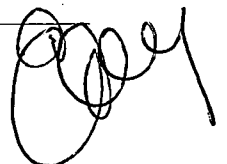
Verificamos que o procedimento obedeceu aos Princípios Administrativos, estando subordinada a Lei de Licitação nº 14.133/21, tendo como fase inicial interna, definida como preparatória da Licitação, a mesma disciplina legal das modalidades licitatórias dispostas na referida Lei.

No cumprimento das atribuições estabelecidas na Constituição Federal, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão.

É de fixarmos, por oportuno, que a análise dos fatos se deu com base em documentação acostada aos autos do Processo, nos autos encaminhados pela Comissão Permanente de Licitação - CPL.

Compulsando os autos, da análise do referido Processo, identificou-se:

- ✓ Consta solicitação emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, expondo sua real necessidade;
- ✓ Termo de Inexigibilidade nº 028/2024;
- ✓ Em Certidão de Dotação Orçamentária, fornecida pelo Departamento de Contabilidade, constatou-se que existe previsão orçamentária para que o processo fosse autorizado;
- ✓ O locador se encontra regular, habilitado através das Certidões Negativas de regularidade Fiscal (CND Conjunta, CND Trabalhista, CND Estado e CND Municipal);
- ✓ Consta autorização do Chefe de Gabinete, para seguimento e



- regular processamento;
- ✓ Consta Parecer Jurídico emitido acerca da legalidade e regularidade para contratação através de Inexigibilidade;
 - ✓ Encaminhamento da Comissão Permanente de Licitação – CPL.

II – PARECER:

Ante ao exposto, esta Controladoria após a verificação da legalidade que lhe compete, recomenda verificar validade das certidões, após providências adotadas e de acordo com o exposto, esta Controladoria se manifesta FAVÓRAVEL ao prosseguimento do processo, conforme a Lei nº 14.133/21.

É o parecer.

Balsas-MA, 03 de maio de 2024.


Elias Alfredo Cury Neto
Controlador Geral do Município